

**A. I. N°** - 279466.4010/06-0  
**AUTUADO** - BISON INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.  
**AUTUANTE** - PAULO SÉRGIO BORGES SANTOS  
**ORIGEM** - IFMT/NORTE  
**INTERNET** - 19.12.06

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0400-02/06

**EMENTA:** ICMS. EXPORTAÇÃO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE QUE AS MERCADORIAS SERIAM PARA EXPORTAÇÃO. EMPRESA DESTINATÁRIA NÃO HABILITADA. Fato não negado pelo sujeito passivo, sendo requerida a concessão do crédito presumido concedido na Resolução n° 50/99, do PROBAHIA. A legislação tributária prevê que a fruição ou o reconhecimento de benefício fiscal depende do cumprimento de condição específica. Mantido o lançamento por não terem sido atendidas as condições previstas na legislação citada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 26/07/2006, reclama ICMS no valor de R\$ 23.964,62, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento do imposto, decorrente de operação de saída de mercadorias tributadas para outro Estado, caracterizada como não tributada, através da Nota Fiscal n° 1619, Série 2, no valor de R\$ 117.003,75. Consta na descrição do fato que o contribuinte não comprovou a exportação da mercadoria, não informou na nota fiscal que a mercadoria destinava-se a exportação, e a empresa destinatária na cidade de Campinas/SP está não habilitada. Além disso, consta uma observação de que a base de cálculo foi calculada dividindo o valor da nota fiscal por 0,83, pois o ICMS havia sido abatido do valor da nota fiscal.

O sujeito passivo apresentou às fls. 14 a 16 impugnação buscando a alteração do crédito tributário, com base nos fundamentos de fato e de direito seguintes.

Alega que é detentor do benefício de crédito presumido do ICMS no percentual de 90% sobre as operações de saída de calçados, artefatos de couro e componentes, concedido pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, conforme Resolução n° 50/99, publicada no DOE do dia 31/12/99 (docs. fls. 29 e 30).

Diz que todas as mercadorias constantes na nota fiscal correspondem a calçados produzidos no seu estabelecimento, e que, por isso, o ICMS gerado compõe a base de cálculo do crédito presumido por força da citada resolução.

Por conta desses argumentos, dizendo que restou comprovado que a nota fiscal objeto da autuação refere-se a saída de calçados, sustenta que deve ser deduzido da exigência fiscal apurada pela fiscalização, o valor do crédito presumido do ICMS na forma prevista na citada resolução.

Requer a insubsistência parcial do Auto de Infração.

O preposto fiscal autuante, em sua informação fiscal à fl. 36, esclarece que a autuação refere-se a mercadorias que em princípio seriam remetidas para exportação, cuja empresa destinatária em São Paulo estava inapta, e não foi comprovado pelo estabelecimento autuado a exportação das referidas mercadorias, entendendo que por isso, não caberia a utilização de nenhum benefício, por se tratar de uma infração à legislação tributária. Mantém integralmente a autuação.

### VOTO

O auto de infração de que cuida este processo foi constituído através do Termo de Apreensão e

Ocorrências nº 279466.4003/06-4, datado de 23/07/06, no Posto Fiscal Ângelo Calmon de Sá, para exigência de ICMS, em virtude da constatação da circulação de mercadorias, a título de “Outra saída de merc. ou prest.serv.”, CFOP 6.949, através da Nota Fiscal nº 017197, considerada como operação não tributada, sem a informação e comprovação de que as mercadorias se destinavam à exportação, além do fato de que a empresa destinatária localizada na cidade Campinas/SP trata-se de contribuinte não habilitado, tudo conforme documentos às fls. 05 a 09.

As mercadorias se destinavam a empresa Capital Corporation Agenciamento de Cargas Nacionais e Internacionais Ltda, localizada no recinto do Aeroporto Viracopos em Campinas/SP, empresa que conforme extrato do SINTEGRA/ICMS, Consulta Pública do Cadastro do Estado de São Paulo (fl. 09) se encontrava com a situação cadastral “não habilitado”, levando-se a conclusão que seriam exportadas pela citada empresa.

Na defesa fiscal, o contribuinte autuado não nega o fato, porém, solicitou que o cálculo da exigência fiscal fosse refeito mediante a concessão do benefício do crédito presumido do ICMS no percentual de 90% sobre o valor da operação, concedido pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, conforme Resolução nº 50/99, publicada no DOE do dia 31/12/99 (docs. fls. 29 e 30).

Analisando a referida resolução, observo que o Conselho Deliberativo do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, em 27/12/99, fixou em 90% o crédito presumido a ser utilizado nas operações de saídas de calçados, artefatos de couro e componentes para calçados realizadas pelo estabelecimento autuado, a se instalar no município de Cachoeira/Ba., sendo ratificada em 12/09/2002, através da Resolução nº 17/2002.

Observo que uma questão que não está devidamente esclarecida nos autos diz respeito ao fato do contribuinte argüir que tem direito a um benefício com base na Resolução nº 50/99, contudo, o seu estabelecimento não está instalado no município de Cachoeira/Ba.

Por outro lado, ainda que se considerasse que o autuado teria direito ao benefício em comento, deveria ser observado o que reza o artigo 11 do RICMS/97, in verbis: “Quando a fruição ou o reconhecimento do benefício fiscal depender de condição, não sendo esta satisfeita, o tributo será considerado devido no momento em que houver ocorrido a operação ou prestação sob condição”.

Desta forma, considero que o procedimento fiscal está em perfeita conformidade com a legislação tributária, eis que as mercadorias estavam sendo transportadas com documento fiscal sem a observância do disposto nos artigos 582 e 585, combinados com o artigo 219, do RICMS/97, não sendo devida a concessão do crédito presumido pleiteado pelo contribuinte por não ter sido atendida as condições previstas na legislação citada.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279466.4010/06-0**, lavrado contra **BISON INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 23.964,62**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de dezembro de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR